

SOCIEDADE CIVIL, DIVERSIFICAÇÃO DE ATORES E DE MODALIDADES DE AÇÃO

Civil society, diversification of the actors and the modalities of the action

Carla Cecília Rodrigues Almeida

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

✉ carlaalm@uol.com.br

Resumo: O artigo considera os avanços das mobilizações e dos movimentos sociais no sentido de projetar as demandas da sociedade civil nos debates contemporâneos. Nesse caminho, a autora levanta duas discussões, ao chamar atenção para dois traços da sociedade civil brasileira: os atores “em jogo” e a modalidades de ação disponíveis.

Palavras-chaves: sociedade civil; participação; representação política.

Abstract: The article considers the progress of mobilization and social movements in order to project the demands of civil society in contemporary debates. In this way, the author raises two arguments, to draw attention to two features of Brazilian civil society: the actors "in play" and modes of action available.

Key words: civil society; participation; political representation.

As mobilizações e os movimentos sociais que marcaram o processo de democratização no Brasil, as demandas por direitos vocalizados por eles e as inovações institucionais que ajudaram a construir, disponibilizando novos tipos de acesso ao sistema político, contribuíram significativamente para projetar a *sociedade civil* nos debates contemporâneos sobre a democracia. Hoje, passado o período daquela efervescência participativa, o regime que ela concorreu para produzir apresenta um regular funcionamento das instituições tradicionais da democracia e

uma razoável normalização das rotinas das novas instituições, como é o caso dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.¹ Nos termos do modelo poliárquico bidimensional de Robert Dahl (1997), trata-se de um regime que promove a *inclusão* e possibilita a *contestação política* por meios conhecidos e por meios inéditos.

Desejo chamar a atenção para dois importantes traços da sociedade civil brasileira nesse contexto, ambos relacionados à sua *diversificação*: os atores “em jogo” e a modalidades de ação disponíveis. No diálogo com o campo mais amplo de estudos sobre sociedade civil, pontuo a seguir algumas lacunas e tendências analíticas relacionadas àqueles traços.

Diversificação de atores

Os movimentos sociais que emergiram no processo de democratização provocaram uma diversificação dos temas e problemas presentes na esfera pública, entre eles, os movimentos indígenas, de mulheres, a favor dos direitos das crianças e adolescentes, dos direitos homossexuais etc. Em que pese a distância entre o que demandavam ou demandam esses movimentos e as conquistas obtidas por eles até agora, o fato é que a institucionalidade que resultou da transição de regime, com suas inovações, foi capaz de absorver, em graus variados, temas e problemas vocalizados por eles.

A inserção dessas demandas na esfera pública e nos próprios centros decisórios de políticas foi acompanhada pela (re)organização de grupos que criticam o que consideram as consequências fragmentadoras das demandas pelo reconhecimento dos direitos daqueles movimentos. Face ao que enxergam “ameaças fragmentadoras”, muitos desses grupos reclamam uma revitalização dos valores integradores da família, da religião e da nação. A Frente Parlamentar Evangélica, uma das associações civis criadas nesse novo contexto, é um exemplo da (re)organização desses grupos, que não é fenômeno exclusivo do Brasil.

¹ Estes não apenas se consolidaram em áreas sociais como Saúde, Assistência Social e Criança e Adolescente, como vem se espraiando para outras, como meio ambiente, políticas urbanas, cultura etc.

O trabalho de Glasius (2005) alerta para sua ocorrência em outro contexto. Ele mostra que a entrada de reivindicações feministas nos fóruns das ONU provocou uma reação de “grupos religiosos pró-vida” que demandaram também voz ativa como *sociedade civil* naquelas instâncias para tratar de situações que envolviam violência contra mulheres, sexualidade e aborto. A autora sublinha, assim, que não foram apenas os movimentos feministas e de mulheres que construíram redes transnacionais para influir, como *sociedade civil*, nas instâncias de poder supranacionais, mas também seus oponentes que, inclusive, contam com uma forte estrutura de apoio de instituições religiosas. Entretanto, como alerta Glasius, e esse é o ponto que desejo enfatizar, tais grupos não têm recebido dos estudiosos a mesma atenção que eles conferem aos movimentos feministas.

No Brasil, dispomos de uma bibliografia razoável sobre as mudanças nas trajetórias e no perfil de atuação de um conjunto de movimentos em face das novas oportunidades abertas de participação. Porém, embora vários trabalhos tenham diagnosticado o importante peso de grupos religiosos no perfil associativo do país (AVRITZER, 1999; GANANÇA, 2006), não temos muitos estudos de caso sobre o tema. Em comparação com outros movimentos, ainda sabemos muito pouco sobre o associativismo religioso, suas ramificações internas e, principalmente, os impactos da democratização na sua trajetória mais recente.

O reconhecimento da diversidade intrínseca à sociedade civil, no Brasil e fora dele, ganhou razoável consenso em face das críticas endereçadas às concepções que lhe conferiam um caráter essencialmente virtuoso no debate dos anos 90. Atualmente, alguns autores pontuam que os estudos sobre esse assunto precisam avançar para além daquele reconhecimento e construir ferramentas e teorias que permitam explorar seus distintos efeitos para a democracia (LÜCHMANN, 2011). Considero que esse avanço depende de uma compreensão mais apurada dos grupos que até aqui foram pouco estudados pelos que se preocupam com as relações entre sociedade civil e democracia, até porque muitas vezes esses grupos são excluídos a

priori da própria ideia de sociedade civil. A inserção dessa preocupação no horizonte das escolhas de pesquisas é fundamental num momento em que a diversificação das preferências e interesses nas sociedades contemporâneas e as possibilidades de sua convivência e expressão institucional são temas centrais nos debates sobre a democracia.

Diversificação das modalidades de ação

Num ambiente em que vigoram, ao lado das instituições tradicionais da democracia, inovações institucionais que pluralizam as portas de acesso ao sistema político, o leque de opção de modalidades de ação política se amplia. O resultado tende a ser uma paisagem mais diversificada de estratégias políticas postas em prática por parte das organizações da sociedade civil dependendo, evidentemente, dos recursos que elas conseguem mobilizar e das escolhas que fazem.

Assim, por exemplo, o protesto e a participação institucionalizada estão, a princípio, disponíveis e podem ser acionados inclusive pelos mesmos atores em contextos e relações de forças variadas. Ou seja, a disponibilidade da segunda não exclui o primeiro do horizonte das escolhas consideradas. Inclusive porque, como apontam Abers, Serafim e Tatagiba (2011) sobre os movimentos do campo no período recente brasileiro, o protesto pode ser acionado pelas organizações como estratégia de abertura de negociações com o Estado ou mesmo como estratégia integrante do ciclo daquelas negociações como recurso para garantir maior “poder de fogo” diante do interlocutor.

Adicionando a este contexto o progresso das tecnologias da informação/comunicação e a criação/fortalecimento de instâncias de poder globalizadas, fatores que impactam os modos de organização da sociedade civil, temos um cenário em que podem vigorar no mesmo espaço e tempo diferentes facetas relacionais, cada uma delas enfatizadas por distintos modelos de análise: **sociedade civil** contra o/em suporte ao/apartado do/para além do/em diálogo

com o/em parceria com o **Estado**.² Diante disso, alguns autores alertam para a necessidade de construir olhares que sejam capazes de considerar a vigência simultânea de distintas modalidades de ação e de suas correspondentes facetas relacionais entre Estado e sociedade civil, superando as clivagens de modelos isolados, que iluminam parcialmente o fenômeno da participação nas sociedades contemporâneas (PERUZZOTI, 2008).

Por outro lado, para alguns autores, as inovações institucionais que vigoram hoje em vários países da América Latina, das quais são exemplares os Conselhos Gestores no Brasil, evidenciam o surgimento de um novo tipo de representação política, exercido *via* sociedade civil (GURZA LAVALLE e INSUZA VERA, 2010). Eles consideram que a compreensão adequada daquelas inovações e de suas possibilidades futuras exige reconhecer que elas expressam a pluralização da representação política nas democracias contemporâneas.

É no contexto desse panorama de diversificação das modalidades de ação da sociedade civil, na qual suas organizações podem desempenhar funções representativas, que surge um conjunto de críticas às abordagens que antagonizam participação e representação política. Vários autores vêm mostrando a inadequação dessas abordagens para a compreensão seja do funcionamento das instituições tradicionais de representação (URBINATI, 2006), seja dos arranjos institucionais que incluem atores da sociedade civil nos centros decisórios de políticas públicas (GURZA LAVALLE e INSUZA VERA, 2010; PERUZZOTTI e SELEE, 2009). Nesta perspectiva, a participação de indivíduos em organizações da sociedade civil e a destas em arranjos institucionalizados são vistos não como modalidades de ação alternativas ou paralelas à representação política, mas como elementos constitutivos da própria engrenagem dos governos representativos, que lhes conferem uma configuração mais plural e descentralizada.

² De acordo com Chambers e Kopstein (2006), essas abordagens relacionais expressam os seis modelos teóricos de sociedade civil presentes no debate contemporâneo. Ainda que não sejam necessariamente excludentes entre si, cada um deles, ao conceituar sociedade civil e analisar sua relação com a ordem política, privilegia um tipo de associativo e arena de atuação.

A despeito de suas variadas ou distintas ênfases, essas abordagens sugerem a construção de um olhar que privilegie a fluidez das relações entre Estado e sociedade civil, os diversos modos pelos quais seus agentes interagem e se condicionam mutuamente, em distintos espaços e temporalidades. É esse olhar descentralizado dos processos que podem servir de base para a legitimidade democrática que torna ainda mais urgente o conhecimento das especificidades dos distintos atores da sociedade civil que neles atuam.

Referências

- ABERS, R.; SERAFIM, I.; TATAGIBA, L. A participação na era Lula: repertórios de interação em um Estado heterogêneo. Trabalho apresentado no *35º Encontro Anual da ANPOCS*. Outubro de 2011.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação social no Brasil. São Paulo, 1999. Disponível em <<http://www.democraciaparticipativa.org.br>>. Acesso em: 02 nov. 2010.
- CHAMBERS, S.; KOPSTEIN, J. Civil Society and the State. In DRYZEK, J.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (eds.) *The Oxford Handbook of Political Theory*. New York: Oxford University Press, 2006.
- DAHL, R. Poliarquia – Participação e Oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GANANÇA, A. C. *Associativismo no Brasil. Características e limites para a construção de uma institucionalidade democrática participativa*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política, UNB, 2006.
- GLASIUS, M. Who is the real civil society? Women's groups versus pro-family groups at the International Criminal Court. In: HOWELL, J.; MULLIGAN, D. (eds). *Gender and civil society: transcending boundaries*. London and New York: Routledge, 2005.
- GURZA LAVALLE, A. e ISUNZA VERA, E. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: ISUNZA VERA, E; GURZA LAVALLE, A. (orgs). *La innovación democrática en América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2010.
- LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo em suas relações com a democracia. Trabalho apresentado no *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba, UFPR, julho de 2011.
- PERUZZOTTI, H.; SELEE, A. Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America. In: SELEE, A.; PERUZZOTTI, H. (eds) *Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2009.
- PERUZZOTTI, H. Representative democracy as mediated politics: Rethinking the links between representation and participation. In: *Conferência Rethinking Representation: A North-South Dialogue*, 2008. Belaggio, 2008. Disponível em: <http://www.democraciaparticipativa.org/bellagio/bellagio.html>. Acesso em: 08 jul. 2011.
- URBINATI, N. *Representative Democracy: principles & genealogia*. Chicago Press, 2006.